

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa voz do Operário, do local de trabalho sito: duzboa, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Carla Sofia Casas Silva Ferreira	Carla Ferreira
Yne Maria Valente	Yne Maria Valente
Vitor Nascimento	Vitor Nascimento
António Paulo Correias Pinheiro	António Paulo Correias Pinheiro
Maria Teresa Antunes dos Santos	Maria Teresa Antunes dos Santos

Nome	Assinatura
ANDRÉ MARIA C. GOUCAZ DA SILVA	André Goulart
Daniela Casarin	Daniela
Mrs. Alice Soares Louca de Aguiar	Alice
Carla Isabel Cantela Mesquita da Silva	Carla Silva
ANTONIO ZEZERE DE CARVALHO	Antonio
M. Helena B. Fereze Mendes	M. Helena Fereze Mendes
MARIA JOSÉ SIMÕES LIBERTO RAMO	Maria José
Sofia Cruz	Sofia Cruz
Carla Alexandra Barros Chaves Silva	Carla Chaves
Amadora dos Santos Oliveira	Amadora
João Paulo de Carvalho	João Paulo
Maria José Jesus Pires de Almeida	Maria José Pires
Márcia Baptista de Sousa	Márcia
Sandra Teixeira	Sandra Teixeira
Raquel Duarte	Raquel
Dora Paula	Dora Paula
Marcuza Fernandes	Marcuza
Cori Condore	Cori
Mariana Costa	Mariana
Yvina Elisabete de Sousa	Yvina
Ana Paula Galato Teixeira	Ana Paula
Margarida Simão	Margarida
Helena Rita SPA Menor	Helena
Sónia Abago	Sónia
Ana Garcia	Ana
Paula de Jesus	Paula
Elisabete Castro	Elisabete
Beata Almeida	Beata
Justina Lopes	Justina
João Alves	João
Dora de Cuda Mo	Dora
Juana Alves	Juana
Dina Bragança	Dina
Vitor Oliveira	Vitor
Teresa José Ribeiro	Teresa



ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfetorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa KRAFT-foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumprem o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Luís Pereira Amaro	[Assinatura]
Bruno Ricardo Vitorino	[Assinatura]
Pa Adelaide Vaz Silva	[Assinatura]
Jeda Goecalves	Jeda
Rosa Santos	[Assinatura]
Silvia Novarra	Silvia Novarra
Sora Magalhães CORRÊA	S. C.



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfeitorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa KrisFT-foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumprem o compromisso que têm para com o povo que os elegeram, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Luís Gonçalves	[Assinatura]
João Baptista de Sousa	[Assinatura]
Ernesto Pinto	[Assinatura]
Hugo Sousa	Hugo Sousa
Rui Francisco	[Assinatura]
Quintina de Oliveira Vaz	[Assinatura]
João Baptista Lopes	[Assinatura]



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfetorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Kraft-foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumprem o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
TENSBA SARMENDO	
Maria Madalena Silva	
CARLA SOUZA RIBEIRO	
PEDRO ANTONIO MARQUES HENRIQUES	
MARCUS VALMIGUES	
JOSE A. SOUSA SANTOS	



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfetorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa KNS FT - foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Maria Cecília Mendes Assis Moraes	Cecília M.
Hilário Fernandes	Hilário
Paula Maria Leas	Paula
Paula Didiado	Paula Didiado
Carla Alexandra B. Vicente	Carla Vicente
Celia Maria Silva Dias	Celia Maria
Maria Gomes Barros Vanda	Maria



5

ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfetorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Kraft-foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumprem o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Edina B. S. Henriques	<i>[Handwritten signature]</i>
Luís Augusto Vitor	<i>[Handwritten signature]</i>
Maria Adelaide D. Figueiredo	<i>[Handwritten signature]</i>
Maria Luísa Duarte	<i>[Handwritten signature]</i>
Celeste Alves Castanho Zergante	<i>[Handwritten signature]</i>
Mirde Costa Aquilino Pinto	<i>[Handwritten signature]</i>
Maria Eduarda Gonçalves	<i>[Handwritten signature]</i>



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfeitorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa KRAFT - Foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumprem o compromisso que têm para com o povo que os elegeram, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Patricia Campanholo	
Adelaide Damasceno	
H. dos Anjos Liliane	
H. Barros Rosale	
Maria José Br.	
Josia Celeste Horad	
Perceida Carvalho	



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfetorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa KRAFT - Foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumprem o compromisso que têm para com o povo que os elegeram, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Carlos Alberto Lourenço	Carlos Lourenço
Helena Susana Bruchado Peixes	Helena Peixes
MARIA LEONOR DE AMORIM MATEUS BARATA	Leonor Barata
Helena Maria S. Afonso Mendes	Helena Mendes
Fernando Henrique Pedro Rodrigues	Fernando Rodrigues



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfetorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsidio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Kraft Foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumprem o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Doménico dos Santos	[Assinatura]
António Pedro da Henriques Pereira	[Assinatura]
Ricardo Borges	RICARDO BORGES
[Assinatura]	[Assinatura]
António Manuel Resende Haroldo Pires	[Assinatura]
SERGIO DO NASCIMENTO	[Assinatura]
Marta Elizabeth P. Pires	[Assinatura]



ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfetorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsidio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Kuaf - Foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Poré Augusto Brinho Costa	
ANTÓNIO JOSÉ PINO	
Sara Cristina Gomes	Sara Gomes
Rosmélia Cavado de Sousa	Rosmélia
Carla do Carmo Periquito	Carla Periquito
M.ª Rosário M. P. Fernandes	RSU
LOURDINA A. F. FERREIRA DÍAZ	Laura Díaz



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfetorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Kueft Foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
JOAQUIM AIRES M. FERREIRA	
VALMIR LOPES CARVALHO	
Maria Jacqueline Sara Esplanu	
Olívia Judite Fialho	
Luís António Gonçalves	
CELIA REGINA B. DE OLIVEIRA	
Jorge Lopes de Oliveira	
Julia Marques Reis	
Amarebel Fernandes	
Maria Manuela Martins	



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malféitorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsidio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Luft Foods rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumprem o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
ME ANUNCIANTE MARQUES REIS	MARQUES REIS
M. Reis	MARQUES REIS
Angelina Pereira	Angelina Pereira



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfetorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Kueff food rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Yolanda Fernandes Soares	
Isabel Cruz Oliveira	
Isabel Cruz Oliveira	
Rafaela Adelaide Vaz	
Júlia Horta Lopes	
Felisminda Santos Pereira	
Dolores das Dores Martins	

Maria do Carmo Andrade

f.ª Regina Fernandes

Colônia de Azevedo da Silva 7665



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

O Governo apresentou na Assembleia da Republica uma Proposta de Lei que visa introduzir um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, tendo como objectivos centrais aumentar a exploração, através do aumento do tempo de trabalho à borla para os patrões; desregular os horários de trabalho, tornando impossível aos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a sua vida pessoal e familiar; conceder todo o poder aos patrões para despedir por qualquer motivo e, ainda, atacar a contratação colectiva para destruir os direitos que nela estão consagrados.

As malfetorias são muitas. Estas são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho à borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregular os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsidio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seria trágica. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa TRIUMPH INTERNATIONAL rejeitam integral e liminarmente a presente proposta de Lei, e exigem aos deputados para que cumprem o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando contra este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Floreana Jesus Afonso Correia	Floreana Correia
H. de Almeida A. Salvador	Almeida Salvador
M. Isabel V. Rebelo Marques	Isabel Marques
Alameda Conceição Amado Reis	Alameda Reis
João Paulo Marques Soares	João Soares
EDUARDO ALEXANDRE P. C. V. CRFASTA	EDUARDO V. CRFASTA
JURDES SILVA	Jurdes Silva

NOME	ASSINATURA
ANGÉLICA MARIA JONES MARTEL	ANGÉLICA JONES
Maria Manoel Santana	M. S. Manoel Santana
Faib Cordeiro Mendes	Faib Mendes
Paulo Teixeira	Paulo
Diniz Ferreira	Diniz Ferreira
Dulce Graças	Dulce
Helene Oliveira	H. Oliveira
Raíza Fátima M. D. Vito	Fátima
Teixeira Honoré	Teixeira
Carla ISABEL GONÇALVES	ISABEL
Mosa Doo Linda Loureiro	Mosa Loureiro
Fernanda Pa Rez Pereira Ferreira	Fernanda Ferreira
CARLOS MANUEL C. H. Balsa	C. H. Balsa
Lígia de Silva Nunes Cristina	Lígia Cristina
Maria Teresa J. Guarnamabim	Maria Teresa
Esmeralda Luísa G. Deus Gasp	Esmeralda Gasp
Carla Luísa Claro	Carla Luísa Claro
Madalena Lourenço	Madalena Lourenço
Maria Rosário T. R. Lourenço	Maria Rosário Lourenço
M. Manoel Teixeira L. Sem	M. Manoel Sem
ANA PAULA RIBEIRO	ANA RIBEIRO
Audência Maria Santos	Audência Santos
Emília Maria Lourenço Viana	Emília Viana
Juarez de Jesus Vieira	Juarez Vieira
Yvelis Mariana de Lenc	Yvelis Mariana
Cristina Maria Silva	Cristina Silva
Amélia Pereira Pelico	Amélia Pelico
Alba Falcão	Alba Falcão
Barbara Beltrami S. F. D.	Barbara Dias
Paula Cristina S. O. Bastos	Paula Bastos

NOME	ASSINATURA
Maria de Lourdes Diogo Alves	Murdes Alves
Julio Maria T. M. Batista	Julio Batista
Felice Maria dos Reis M. Brito	Brito
Francisco José Camarões	Francisco
Hermeneide Almeida Silva Alves	Hermeneide
Roberto de Teófilo de Carvalho	Roberto
Aurora M. F. dos Anjos	Aurora
Carla Mariana F. Matos	Carla
Dafnia Isabel Ramos Teixeira	Dafnia
Celia Simão	Simão
Ana Paula Costa	Ana Costa
Estelina Jesus	Estelina
Maria da Glória Correia	Maria da Glória
Maria Inês Teixeira	Maria Inês
Sofia Alexandra Fernandes	Sofia
Liz Maria Cedoso Lame	Liz Maria
Tónio Alexandre M. dos Santos	Tónio Santos
Emília Tiago Silva	Emília Silva
António Ribeiro	António
Tónico António	Tónico António
José Santos	José
Maria Helena Zizelo Silva	Maria Helena
Alexandra Maria Lima Cabral	Alexandra Cabral
Grace Matias	Grace
Fátima Carvalho	Carvalho
Gracinda Pereira	Gracinda
Carolina Fernandes	Carolina
Verónica da Joia Batista	Verónica
Naciolima Costa	Naciolima
Adelina Patrício	Adelina Patrício

NOME	ASSINATURA
Maria Dulce Pinheiro	Maria Dulce
Maria Helena Bragança	M. Helena B.
Paula Alexandra Lopes Pereira	Paula Pereira
Daniela Filipa Salvador Sacramento	Daniela Sacramento
Patricia C. G. Vitorino	Patricia Vitorino
M. Fernandes C. P. Silva	M. Silva
Maria Fernanda Lopes Rocha Cadano	Maria Fernanda
GRUPO SILVA	GRUPO SILVA
Laminda Martins	Laminda
Ana Maria	Ana Maria
Maria Dulce Lopes Com	M. Dulce
Gloria Rita Romão Martins	G. Martins
Flábel Alves	Flábel Alves
Maria José S.S.	M. José Silvano
João Paulo Pereira Pates	João Paulo
M. Cristina B.P. Alexandre	M. Cristina
Lício de Oliveira Alves	Lício de Oliveira Alves
Berthelina Pires Costa	Berthelina Pires
Mário R. R. R. R.	Mário R. R. R. R.
Amália Dias Serrano Pinto	Amália Pinto
FERNANDA ARELHO ALVES S. CIPRIANO	FERNANDA CIPRIANO
Lúcia Maria de Jesus Guedes	Lúcia Guedes
Carle Sofia Lopes Pates	Carle Pates
Júlia Alexandra Ferreira Sousa	Júlia Sousa
Certrudes Maria Ribeiro ^{Carvalhos}	Certrudes
Conceição Roque CARREIRAS	Conceição CARREIRAS
Lidiana M. Duarte M. Pedro	Lidiana Pedro
Maria Helena d. P. Amorim	Maria Helena Amorim
Maria Cristina U. P. Dias	Maria Cristina
Maria Alia Andrade Martinho	Alia Couto

NOME	ASSINATURA
Dona Tomás	Dona Tomás
Carla Andrade	
Antonio Goncalves	
Luís Gilda Coutinho BB	Fungueiro
Jana da Gacra Fe. Angelino	Bonifácio
Marcelo Reis Silva Almeida Filho	cevalmeid
Ana Paula Castanheiro	Ana Paula Castanheiro
Olivia Vicente	Olivia Vicente
João Pedro	João Pedro
Luís Miguel SILVA	Luís Miguel Silva
Anebelo Raíse dos Santos	Anebelo
Maria Emília R. S. RODRIGUES	Maria Emília Ribeiro BOTOS
Rosário Duarte	Rosário Duarte
Rosário	Rosário Maria da Silva Lourenço
Maria da GLÓRIA GOMES	GLÓRIA
Cláudia de Lúcia Lopes	Cláudia Lopes
Silvana Almeida Capelas Almeida	Silvana Almeida
Florencia Maria da S. A. Simplicio	Florencia Simplicio
Flávia Helena Silva	Flávia Helena Silva
Verónica de Jesus Varela	Verónica Varela
Silvia Raíse Antunes Pestano	Silvia Pestano
Maria Elotilde A. Cardoso Ramos	MPR
Maria Teresa U.S. Martins	M. Teresa Martins
Isabel M. Santos Ramos Paiva	Isabel Paiva
M. Luísa Pacheco Carralho	Luísa
Maria Alice Neto dos Santos Carvalho	Maria Alice Carvalho
Teresa Teixeira	
Sandra Manuela G. Silva	Sandra Silva
Cláudia de Jesus Ramos	Cláudia
Ana Maria Monteiro Costa Gomes Aze	Ana

NOME	ASSINATURA
SORANIA GUERREIRO	Sorania Guerreiro
FERNANDA ROZA	FRR
Liliana Paquel	Liliana Correia
Maria Joas D. Correia	Maria Joas
Fernanda Norcisa	Fernando Norcisa
Felismina Rota	Felota
Paula Goncalves	Paula
GUMERSINDO MARTINHO	Marinho
Silvio Beto	
Luiz Lopes	Lopes
Dina Paula Felix de Cruz	Dina Cruz
Edite Filip Costa Figueira	Edite Figueira
Liliana Paquel	Liliana Paquel
Ana Paula Paula Ferreira Lopes	Ana Paula Lopes
Adria Tereza de Santa Tereza	Tereza Teixeira
Olivia Rabel de Silva Torres Ferreira	Olivia Torres
Isabel Glacia R. Almeida Klabin	Isabel Klabin
Ana Paula A. Duarte	Ana Paula
M. Claissa Silva A. Magalhães	Claissa Magalhães
Antonieta de Jesus Valent Ribeiro B.	Antonieta Ribeiro
Maria Dominga Jesus Antunes	Dominga Antunes
Paula Vaz de Veij	Paula Veij
Rosa Luiza Goncalves Ferreira	Rosa Ferreira
Maria Manuela Sampaio	Manuela Sampaio
Rui Cesarino	Rui Cesarino
Luiz Osvaldo Lucas	Luiz
JOANA ANTUNES	JOANA Antunes
Filomena SALVADOR	Filomena
Susana Justa	Susana Justa
Ana Emilia Jesus Vieira Soares	Ana Soares

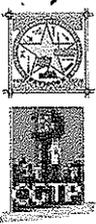
NOME	ASSINATURA
Camille Almeida Corrao	Camille Corrao
Paulo Cristiano d. S. Neves	Paulo Neves
Elisete Sampaio	Elisete
Rosel Esteves	Rosel
Rorica Lee Sen	Rorica
Sandra Alexandre	Sandra Alexandre
H. Paulo F. T. de S'z	H. Paulo T. de S'z
Cristina Felix	Cristina Felix
Beatriz R. M. Baudart's Hugo	B. Hugo
Sandra Maria Rodrigues de Carvalho	Sandra Carvalho
Rozario Sora Thetius Ribeiro	Rozario Ribeiro
Tiago Filipe das Salgado	Tiago
Fernanda Paula B. Melo	Fernanda
Idelice de Jesus	Idelice
Paula Bonacina Cristina Quinte	Paula Quinte
Adriana Andreia	Adriana



Os trabalhadores da empresa CT COBENT SA

- Repudiam o "pacote de exploração" do governo/patronato/ugt que facilita os despedimentos, diminui as indemnizações e o subsídio de desemprego, retira dias de férias e feriados, aumenta o horário de trabalho, reduz para metade o pagamento do trabalho extraordinário e baixa os salários.
- Assumem a luta para que não seja aprovado, promulgado e aplicado, comprometendo-se a defender os direitos conquistados, na empresa e na rua.

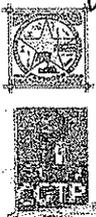
Nome	Nome
Carlos Steuêr Greco	Boonap de Sousa Luis
Henrique Duarte	Amílcar José Marques Lep
Orlando P. Maia	Heber Paulo Pinho Duarte
David Antonio D. M. Costa	Gilberto Gitor
Carlos Amâncio Henriques	Fernando Manuel Pimbal Vieira
João António Dias Pereira	Carlos Alberto P. Rodrigues
Andrew Germano Rodrigues	João Pereira de Azevedo
HUGO Alexandre Cosme Cabrita	João Augusto Dionísio Romão
André Luís Souto Cruz	Raimundo Eugénio Pereira
Jose Joaquim Alves Bonifacio	Vigário Miguel Pereira
António Jorge Pereira André Clemente	Lorentino M. Dias Perdigão
	António M. Pereira



**COM A LUTA, DERROTAMOS A MEIA-HORA!
COM A GREVE GERAL, LUTAMOS PARA DERROTAR O PACOTE!**



Nome	Nome
Carlos Manuel Miranda Ribeiro	Carlos Gabriel Soares
Sérvio Assis do Carmo Pinheiro	Manoel Antônio de Jesus
Costódio de Jesus Ferreira	José Manuel Pereira Coutinho
Osvaldo Antônio de Jesus	Paulo César Ramos
Luís Miguel Lourenço	José de Jesus
Vasco Gabriel de Jesus	J.F. de Jesus
Alberto Daniel	Carlos M. Santos Gomes
Antônio Joaquim Crispim	Marcelo Matias
Joaquim Luciano Rodrigues	Francisco José Santos
Antônio Pinheiro	Uel Manuel Santana Ferreira
Václav Zápatek	Hernani Botista Ramos
Carlos M. Henriques	Florencio F. Martins
Carlos Manuel de Jesus	
Paulo Jorge Oliveira	
Rogério das Fúrias	
José Daniel P. Ribeiro	
José Ramalho	
Antônio Carlos	
Luís Garcia	
Antônio Joaquim de Jesus	
Noé de Paulo Crispim Ferreira	
Carlos Alberto Santos	
John Alberto Santos	
José Manuel Pereira Coutinho	
José Antônio Cabral	
José Daniel Santos	



COM A LUTA, DERROTAMOS A MEIA-HORA!
COM A GREVE GERAL, LUTAMOS PARA DERROTAR O PACOTE!



ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa _____, do local de trabalho sito: _____, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Maria Teresa Dias Valente	Teresa Oca
Judite Maria Casanova David	Judite
João Manuel Pereira Machado	João Manuel Pereira
Susana Queiroz AB-dille	Susana Queiroz
Anabela dos Santos Cabrita	Anabela Cabrita

ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

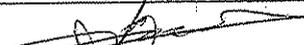
Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa CESP, do local de trabalho sito: Rua Charnate 3000, n.º 3, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Paulo Augusto Lopes Soares	Paulo Soares
MARIA GRACIETE ALMEIDA BRITO	Graciete Brito
Maria Luísa Pires Almeida	M. Almeida
Susana Isabel Santos Teixeira Vicente	Susana Teixeira
Maria Rosamaria B. L. Pereira Marques	M. Rosamaria Marques

Nome	Assinatura
Nélcio Lopes Pedersen	
Márcia Amanda Borges	M Amanda Borges
Amanda A. Abreu	
Antônio Paulo Nunes Toledo Sobrinho	A.P.S.
Márcia Alexandra Bezerra de Silva Costa	MARCIA SILVA
Sociedade Wilson Polentino de S. Lda	
Fernando Ramos Lima	F. Lima

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa _____, do local de trabalho sito: _____, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
CRISTINA GINJA	CRISTINA GINJA
ANA ROBALO	ANA ROBALO
CONCEIÇÃO	MARIA CONCEIÇÃO ERDOSO
ROSEMARIA	ROSEMARIA
RESERVA	RESERVA

Nome	Assinatura
Carla Rendeiro	Carla Rendeiro
Augusta Heleno	Augusta Heleno
Wendy Cruz	Wendy Cruz
Percy Cruz	Percy Cruz
João Paulo Amires	João Paulo Amires
RUBEN ROGERIO O.S. JORNA	RUBEN ROGERIO O.S. JORNA
Júlia Machado	Júlia Machado
Alexandra Henriques	Alexandra Henriques
Márcia Monteiro	Márcia Monteiro

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

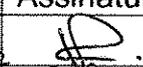
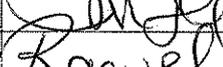
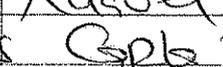
A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

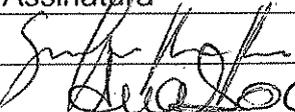
Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Zafa Portugal do local de trabalho sito: Rua do Carmo (Chiado) ex., rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeram, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Jonessa Patrícia Nunes Rocha	
Magda Patrícia Abecurres Alves	
MAGDA Sofia do Leite Feijó	
Rasuel Marques	
Carla Tereza Torques Dias	

Nome	Assinatura
Soraia Carolina Rodrigues Pinto	
Ana Paula Santos Soares	
Vaura Patrícia Teixeira	Vaura Teixeira
Diogo Roberto Lima Moraes	
Carla Salete R. dos Santos	
Cátia Moraes	Cátia Moraes
Sara Bernardino	Sara Bernardino

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa ZARA PORTUGAL, do local de trabalho sito: CENTRO COMERCIAL VASCO DA GAMA LX, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeram, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Olinda Cristina Serafim Taia	Olinda Taia
Daniela Freixo Almeida R	Daniela Rodrigues
Rafaela Rocha Rolo Rolo	Rafaela Rocha
Esora Ruth Fernandes Neves Soares	Esora Neves Soares
Maria Graça Rodrigues Lima	Maria Lima

Nome	Assinatura
Tiago Rafael Moreira Pinheiro	Tiago Pinheiro
Nádia Cassia Siqueira Junqueira	Nádia Junqueira
Cátia Uzeda	Cátia Uzeda
Ana Rita Figueiredo Santos	Rautes
Geneirana da Fonseca	Genei
Cátia Sofia P. dos Santos	Catig Santos
Cátia Amélia T. Costa	
Paula Almeida	Paula Almeida
Andreia Patrícia Moais Nobre	Andreia M.
Wesley Miguel Lopez Soder	Wesley
ELSA MARIA GONZALEZ VENCIO	
Esa Maria Gomes Alago do Anjos	
Ana Maria Rosa Fernandes de Castro	Ana Rosa
Angela de Jesus e Almeida Rebelo	Angela Rebelo
Udete de Almeida Lourenço	Udete Lourenço
Frederico Miguel Abrantes Simões Damico	Frederico Damico
Francisco Filipe da Silva Paqueta	Francisco Paqueta
Ana Rita Santos A. L. Pass	Rita Pass
Flávia Ramos	Flávia Ramos
Soraia Patrícia C. P. Rura	Soraia Rura
Cátia Mendes Rodrigues	Cátia Mendes Rodrigues
Filipe Pereira	Filipe
Elisabete Antunes	Elisabete
Diana Rosa e Lourenço Pereira	Diana Pereira
Soraia Sofia Gonçalves Moreira	Soraia Moreira
MARISA ALEXANDRA MINES BOA MORTE	Marisa Moreira
Ruy Jorge Freitas Carneiro	Ruy Carneiro
Alicia Filipa Tomas	Alicia Tomas
Hónica Lourenço	Hónica Lourenço
José Ribeiro	José Pedro José Ribeiro
Paula Joana Gonçalves Ferreira Vaz de Almeida	Paula Joana Vaz
Andreia Sara	Andreia Filipa Sara de Sara
Cátia Alexandra Saldanha Santos	Cátia Santos
Soraia Nair Moreira Rosa de Moura	Soraia Nair M. Rosa de Moura
Liliana Patrícia Saraiva	Liliana Patrícia Saraiva

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

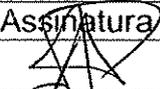
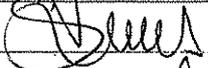
A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Zeta Portugal, do local de trabalho sito: Centro Comercial Unipol do Oeiras, fazem integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Armando Mota	
Sora Torres	
Ana Maria Varela	Ana Maria Varela
Viviana Chagas	Viviana Chagas
Suzana Correia	Suzana Correia

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Zala, do local de trabalho sito: Centro Comercial Colombo Lx, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Vanessa alexandra neves Almeida	Vanessa Almeida
Irana de feitima Macedo Barbosa	Irana Barbosa
Daniel Alexandre N. Ramos	Daniel Ramos
MANUELA MARIA T. LEALIO	Manuela Maria T. Lealio
Susana Fátima Roberto	Susana Fátima Roberto

Nome	Assinatura
Táwez Filipe Castro Venâncio	Táwez Filipe Castro Venâncio
Filipa Moraes Tristão	Filipa Moraes Tristão
Daniela Correia	Daniela Correia
Táwez Alexandre C. Lopes	Táwez Lopes

APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º 46/XII (1.ª)

Identificação do sujeito ou entidade (a)

contacto com os trabalhadores do grupo sintre

Morada:

C. com. Grupo sintre -

Local Alto do Fato - Rio de Aveiro

Código Postal 2635-095

Endereço Electrónico

Contributo:

A Proposta de Lei 46/XII introduz um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, visando: (i) **aumentar o poder patronal** sobre os trabalhadores; (ii) **facilitar e embaratecer os despedimentos** retirando garantias objectivas e reduzindo prazos para despedir sem justa causa, a pretexto da inaptidão e extinção do posto de trabalho, (iii) **desregular horários** dificultando a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar; (iv) **aumentar o tempo de trabalho** através dos bancos de horas individual e grupal e do corte de 4 feriados e de 3 dias de férias; (v) **eximir as empresas ao cumprimento de obrigações formais**, a pretexto da falsa desburocratização, que se traduzirá em mais desrespeito pela legalidade e em mais concorrência desleal e economia informal (fuga aos impostos e segurança social) entre as que cumprem e as que vão aproveitar mais estas benesses para não cumprir e respeitar direitos dos trabalhadores; (vi) **destruir a contratação colectiva que garante direitos aos trabalhadores**, substituindo-a pela relação individual; (vii) **precarizar ainda mais as relações de trabalho**; (viii) **reduzir a retribuição e eliminar a compensação pelo trabalho suplementar**; (ix) **liquidar um dia de descanso semanal**.

Por isso, **rejeita-se integralmente a Proposta de Lei 46/XII**, que se traduz num **retrocesso social** sem precedentes nas relações de trabalho em Portugal, apelando-se aos grupos parlamentares que a votem desfavoravelmente.

Anexam-se: ___ páginas numeradas e assinadas pelos trabalhadores.

Data Sintre 8 Maio de 2022

Assinatura

(a) Trabalhadores da empresa e ou do local de trabalho da empresa, delegado (s) sindical, comissão sindical ou intersindical.

APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º 46/XII (1.ª)

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Comissão Sindical do CPH/Sudica
Loja de Cascais

Morada:

N.º 10, Parguap

Local Cascais

Código Postal 2750-427 Cascais

Endereço Electrónico

Contributo:

A Proposta de Lei 46/XII introduz um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, visando: (i) **aumentar o poder patronal** sobre os trabalhadores; (ii) **facilitar e embaratecer os despedimentos** retirando garantias objectivas e reduzindo prazos para despedir sem justa causa, a pretexto da inaptidão e extinção do posto de trabalho, (iii) **desregular horários** dificultando a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar; (iv) **aumentar o tempo de trabalho** através dos bancos de horas individual e grupal e do corte de 4 feriados e de 3 dias de férias; (v) **eximir as empresas ao cumprimento de obrigações formais**, a pretexto da falsa desburocratização, que se traduzirá em mais desrespeito pela legalidade e em mais concorrência desleal e economia informal (fuga aos impostos e segurança social) entre as que cumprem e as que vão aproveitar mais estas benesses para não cumprir e respeitar direitos dos trabalhadores; (vi) **destruir a contratação colectiva que garante direitos aos trabalhadores**, substituindo-a pela relação individual; (vii) **precarizar ainda mais as relações de trabalho**; (viii) **reduzir a retribuição e eliminar a compensação pelo trabalho suplementar**; (ix) **liquidar um dia de descanso semanal**.

Por isso, **rejeita-se integralmente a Proposta de Lei 46/XII**, que se traduz num retrocesso social sem precedentes nas relações de trabalho em Portugal, apelando-se aos grupos parlamentares que a votem desfavoravelmente.

Anexam-se: 2 páginas numeradas e assinadas pelos trabalhadores.

Data 14 Julho de 2012

Assinatura Isabel Teixeira Nunes

(a) Trabalhadores da empresa e ou do local de trabalho da empresa, delegado (s) sindical, comissão sindical ou intersindical.

APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º 46/XII (1.º)

Identificação do sujeito ou entidade (a)

contacto com a modalidade do centro comercial
Alegro

Morada:

Av. dos Cavaleiros

Local Caruaxide

Código Postal 2792-045 Caruaxide

Endereço Electrónico _____

Contributo:

A Proposta de Lei 46/XII introduz um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, visando: (i) aumentar o poder patronal sobre os trabalhadores; (ii) facilitar e embaratecer os despedimentos retirando garantias objectivas e reduzindo prazos para despedir sem justa causa, a pretexto da inaptidão e extinção do posto de trabalho, (iii) desregular horários dificultando a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar; (iv) aumentar o tempo de trabalho através dos bancos de horas individual e grupal e do corte de 4 feriados e de 3 dias de férias; (v) eximir as empresas ao cumprimento de obrigações formais, a pretexto da falsa desburocratização, que se traduzirá em mais desrespeito pela legalidade e em mais concorrência desleal e economia informal (fuga aos impostos e segurança social) entre as que cumprem e as que vão aproveitar mais estas benesses para não cumprir e respeitar direitos dos trabalhadores; (vi) destruir a contratação colectiva que garante direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual; (vii) precarizar ainda mais as relações de trabalho; (viii) reduzir a retribuição e eliminar a compensação pelo trabalho suplementar; (ix) liquidar um dia de descanso semanal.

Por isso, **rejeita-se integralmente a Proposta de Lei 46/XII**, que se traduz num retrocesso social sem precedentes nas relações de trabalho em Portugal, apelando-se aos grupos parlamentares que a votem desfavoravelmente.

Anexam-se: 1 páginas numeradas e assinadas pelos trabalhadores.

Data Caruaxide 15/ago 2012

Assinatura elisa...

(a) Trabalhadores da empresa e ou do local de trabalho da empresa, delegado (s) sindical, comissão sindical ou intersindical.

APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º 46/XII (1.ª)

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Contacto com os trabalhadores do centro comercial
Alegro

Morada:

N.º dos cadernos

Local Centro Comercial Alegro - Almagosa

Código Postal

Endereço Electrónico

Contributo:

A Proposta de Lei 46/XII introduz um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, visando: (i) aumentar o poder patronal sobre os trabalhadores; (ii) facilitar e embaratecer os despedimentos retirando garantias objectivas e reduzindo prazos para despedir sem justa causa, a pretexto da inaptidão e extinção do posto de trabalho, (iii) desregular horários dificultando a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar; (iv) aumentar o tempo de trabalho através dos bancos de horas individual e grupal e do corte de 4 feriados e de 3 dias de férias; (v) eximir as empresas ao cumprimento de obrigações formais, a pretexto da falsa desburocratização, que se traduzirá em mais desrespeito pela legalidade e em mais concorrência desleal e economia informal (fuga aos impostos e segurança social) entre as que cumprem e as que vão aproveitar mais estas benesses para não cumprir e respeitar direitos dos trabalhadores; (vi) destruir a contratação colectiva que garante direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual; (vii) precarizar ainda mais as relações de trabalho; (viii) reduzir a retribuição e eliminar a compensação pelo trabalho suplementar; (ix) liquidar um dia de descanso semanal.

Por isso, rejeita-se integralmente a Proposta de Lei 46/XII, que se traduz num retrocesso social sem precedentes nas relações de trabalho em Portugal, apelando-se aos grupos parlamentares que a votem desfavoravelmente.

Anexam-se: 1 páginas numeradas e assinadas pelos trabalhadores.

Data Almagosa 7 de Julho de 2012

Assinatura [assinatura]

(a) Trabalhadores da empresa e ou do local de trabalho da empresa, delegado (s) sindical, comissão sindical ou intersindical.

APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º 46/XII (1.ª)

Identificação do sujeito ou entidade (a)

contacto com os trabalhadores do centro comercial
Alegro

Morada:

Av. da Revolução

Local centro comercial Alegro - Alfragide

Código Postal 2792-045 Capuchoide

Endereço Electrónico _____

Contributo:

A Proposta de Lei 46/XII introduz um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, visando: (i) **aumentar o poder patronal** sobre os trabalhadores; (ii) **facilitar e embaratecer os despedimentos** retirando garantias objectivas e reduzindo prazos para despedir sem justa causa, a pretexto da inaptidão e extinção do posto de trabalho, (iii) **desregular horários** dificultando a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar; (iv) **aumentar o tempo de trabalho** através dos bancos de horas individual e grupal e do corte de 4 feriados e de 3 dias de férias; (v) **eximir as empresas ao cumprimento de obrigações formais**, a pretexto da falsa desburocratização, que se traduzirá em mais desrespeito pela legalidade e em mais concorrência desleal e economia informal (fuga aos impostos e segurança social) entre as que cumprem e as que vão aproveitar mais estas benesses para não cumprir e respeitar direitos dos trabalhadores; (vi) **destruir a contratação colectiva que garante direitos aos trabalhadores**, substituindo-a pela relação individual; (vii) **precarizar ainda mais as relações de trabalho**; (viii) **reduzir a retribuição e eliminar a compensação pelo trabalho suplementar**; (ix) **liquidar um dia de descanso semanal**.

Por isso, **rejeita-se integralmente a Proposta de Lei 46/XII**, que se traduz num retrocesso social sem precedentes nas relações de trabalho em Portugal, apelando-se aos grupos parlamentares que a votem desfavoravelmente.

Anexam-se: 2 páginas numeradas e assinadas pelos trabalhadores.

Data Alfragide 7 Julho de 2012

Assinatura [assinatura]

(a) Trabalhadores da empresa e ou do local de trabalho da empresa, delegado (s) sindical, comissão sindical ou intersindical.

APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º 46/XII (1.º)

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Comissão Sindical da CTA/Secção
Lug de ABBAGIDE

Morada:

C. con. Alago - Av. dos Cavaleiros

Local

Cauexide

Código Postal

2792-045 Cauexide

Endereço Electrónico

Contributo:

A Proposta de Lei 46/XII introduz um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, visando: (i) **aumentar o poder patronal** sobre os trabalhadores; (ii) **facilitar e embaratecer os despedimentos** retirando garantias objectivas e reduzindo prazos para despedir sem justa causa, a pretexto da inaptidão e extinção do posto de trabalho, (iii) **desregular horários** dificultando a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar; (iv) **aumentar o tempo de trabalho** através dos bancos de horas individual e grupal e do corte de 4 feriados e de 3 dias de férias; (v) **eximir as empresas ao cumprimento de obrigações formais**, a pretexto da falsa desburocratização, que se traduzirá em mais desrespeito pela legalidade e em mais concorrência desleal e economia informal (fuga aos impostos e segurança social) entre as que cumprem e as que vão aproveitar mais estas benesses para não cumprir e respeitar direitos dos trabalhadores; (vi) **destruir a contratação colectiva que garante direitos aos trabalhadores**, substituindo-a pela relação individual; (vii) **precarizar ainda mais as relações de trabalho**; (viii) **reduzir a retribuição e eliminar a compensação pelo trabalho suplementar**; (ix) **liquidar um dia de descanso semanal**.

Por isso, **rejeita-se integralmente a Proposta de Lei 46/XII**, que se traduz num retrocesso social sem precedentes nas relações de trabalho em Portugal, apelando-se aos grupos parlamentares que a votem desfavoravelmente.

Anexam-se: 2 páginas numeradas e assinadas pelos trabalhadores.

Data 15 de Junho de 2012

Assinatura Isabel Teixeira Nunes

(a) Trabalhadores da empresa e ou do local de trabalho da empresa, delegado (s) sindical, comissão sindical ou intersindical.

APRECIÇÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º 46/XII (1.ª)

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Plenário de Trabalhadores no Lujo de Faro Alameda

Morada:

Rua Duque do Sotúbal nº1

Local

Portela de Caraxede

Código Postal

2790-236 Caraxede

Endereço Electrónico

Contributo:

A Proposta de Lei 46/XII introduz um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, visando: (i) **aumentar o poder patronal** sobre os trabalhadores; (ii) **facilitar e embaratecer os despedimentos** retirando garantias objectivas e reduzindo prazos para despedir sem justa causa, a pretexto da inaptidão e extinção do posto de trabalho, (iii) **desregular horários** dificultando a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar; (iv) **aumentar o tempo de trabalho** através dos bancos de horas individual e grupal e do corte de 4 feriados e de 3 dias de férias; (v) **eximir as empresas ao cumprimento de obrigações formais**, a pretexto da falsa desburocratização, que se traduzirá em mais desrespeito pela legalidade e em mais concorrência desleal e economia informal (fuga aos impostos e segurança social) entre as que cumprem e as que vão aproveitar mais estas benesses para não cumprir e respeitar direitos dos trabalhadores; (vi) **destruir a contratação colectiva que garante direitos aos trabalhadores**, substituindo-a pela relação individual; (vii) **precarizar ainda mais as relações de trabalho**; (viii) **reduzir a retribuição e eliminar a compensação** pelo trabalho suplementar; (ix) **liquidar um dia de descanso semanal**.

Por isso, **rejeita-se integralmente a Proposta de Lei 46/XII**, que se traduz num retrocesso social sem precedentes nas relações de trabalho em Portugal, apelando-se aos grupos parlamentares que a votem desfavoravelmente.

Anexam-se: 2 páginas numeradas e assinadas pelos trabalhadores.

Data

15 de Março de 2012

Assinatura

Maria dos Prazeres Braz Barros Vasconcelos

(a) Trabalhadores da empresa e ou do local de trabalho da empresa, delegado (s) sindical, comissão sindical ou intersindical.

APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º 46/XII (1.º)

Identificação do sujeito ou entidade (a)

contacto de os trabalhadores no Largo de Alfogide

Morada:

Av. dos Cavaleiros -

Local Alfogide

Código Postal 2794-059 Corveid

Endereço Electrónico

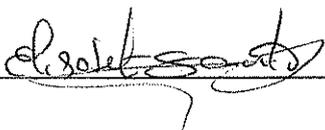
Contributo:

A Proposta de Lei 46/XII introduz um conjunto de alterações ao Código do Trabalho, visando: (i) **aumentar o poder patronal** sobre os trabalhadores; (ii) **facilitar e embaratecer os despedimentos** retirando garantias objectivas e reduzindo prazos para despedir sem justa causa, a pretexto da inaptidão e extinção do posto de trabalho, (iii) **desregular horários** dificultando a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar; (iv) **aumentar o tempo de trabalho** através dos bancos de horas individual e grupal e do corte de 4 feriados e de 3 dias de férias; (v) **eximir as empresas ao cumprimento de obrigações formais**, a pretexto da falsa desburocratização, que se traduzirá em mais desrespeito pela legalidade e em mais concorrência desleal e economia informal (fuga aos impostos e segurança social) entre as que cumprem e as que vão aproveitar mais estas benesses para não cumprir e respeitar direitos dos trabalhadores; (vi) **destruir a contratação colectiva que garante direitos aos trabalhadores**, substituindo-a pela relação individual; (vii) **precarizar ainda mais as relações de trabalho**; (viii) **reduzir a retribuição e eliminar a compensação pelo trabalho suplementar**; (ix) **liquidar um dia de descanso semanal**.

Por isso, **rejeita-se integralmente a Proposta de Lei 46/XII**, que se traduz num retrocesso social sem precedentes nas relações de trabalho em Portugal, apelando-se aos grupos parlamentares que a votem desfavoravelmente.

Anexam-se: 1 páginas numeradas e assinadas pelos trabalhadores.

Data 13 fev de 2012

Assinatura 

(a) Trabalhadores da empresa e ou do local de trabalho da empresa, delegado (s) sindical, comissão sindical ou intersindical.

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

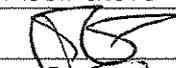
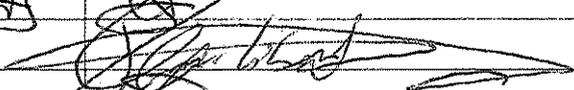
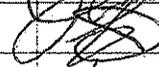
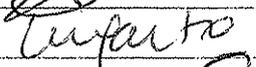
A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Corlefil, do local de trabalho sito: Vasco do Gama Lisboa, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeram, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Clara Sofia Silva Pinto	
Paula Susana Barros	
Luís Oliveira	
Sandra Sofia Araújo	
Marta C. Oliveira	

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa WOKAN SECRET, do local de trabalho sito: Colombo Lagoa, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeram, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Ana Rita Nogueira Morais	Ana Rita Morais
Judite José Borges Lopes	Judite Lopes
Isabel Sofia Ramos de Jesus	Isabel
Ana Sofia Cunha Garcia	Ana Sofia Garcia
Isabel Vieira Pereira	Isabel Pereira

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa As. Incautinas/Isotonases cel do local de trabalho sito: Av. Almirante Reis 9:12 Lisboa, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
<u>Amélia Maria dos Santos Barros</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>Maria Emilia da Silva Azevedo</u>	<u>E. Azevedo</u>
<u>Ama Cláudia Galvão Santos</u>	<u>Ama C. G. Santos</u>
<u>maia Gabriela da Cruz Silva</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>Fernanda da Silva Paiva</u>	<u>[Assinatura]</u>

Nome	Assinatura
Maria da Conceição Saraiva	Maria da Conceição Saraiva
Paulo Jorge Serrão Alves Meira	Paulo Jorge Serrão Alves Meira
Maria Isabel R. Almeida	Maria Isabel R. Almeida
Háden Roberto Sacramento Borges	Háden Roberto Sacramento Borges
Maria Helena Ribeiro	Maria Helena Ribeiro
Rauel Fernando Silva Montano	Rauel Fernando Silva Montano
Mário do Rosário Araújo Paçalha	Mário do Rosário Araújo Paçalha
Maria Isabel Costa Gomes	Maria Isabel Costa Gomes
Ana Isabel Santos	Ana Isabel Santos
Miguel Francisco	Miguel Francisco
Antonio Eduardo Silva Mendes	Antonio Eduardo Silva Mendes
António Carlos Costa Silva	António Carlos Costa Silva
Luís A.P. Pereira	Luís A.P. Pereira
Rosa Almeida	Rosa Almeida

ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

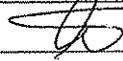
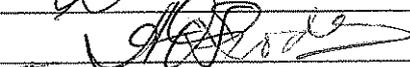
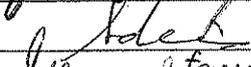
A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

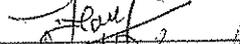
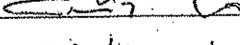
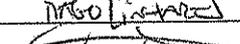
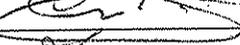
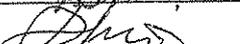
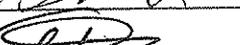
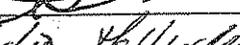
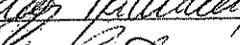
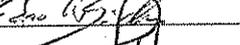
Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa SILFOR S.A. do local de trabalho sito: BEATO - LISBOA, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeram, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
ARTUR MENDES FIGUEIREDO	
Amadeu Oliveira Rodrigues	
JÚLIO GOMES MARINHO	Feliciano Pereira
Adriano Jacinto Jr	
MANUEL FERNANDES DAS	Manuel Fernandes

Nome	Assinatura
Antonio J. de Jesus	
Antonio J. de Jesus	
Alfonso S.	
Luís Fanel G. Gomes	
Tiago Alexandre da Silva Lima	
Carlos José Bastos Pinto	
Allino Comcalin Osorio	
Carlos Manuel Jacintho	
Henrique José Almeida Vitorino	
Daniel Pinheiro Correia	
Adília Almeida Feres Duarte	
Pedro Miguel Ferreira Valladares	
Pedro Miguel de Almeida Silva	
Paulo José Ribeiro	
Hugo Valverde dos Santos	

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

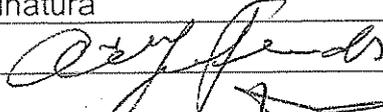
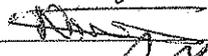
Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa M. Pereira Yafias, S.A do local de trabalho sito: Rua Pedrouços 105, 1050 Lisboa, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeram, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Fernando José Silva Zaccos	[Assinatura]
Aurélio Ventura Cruz	[Assinatura]
Morbecat Sul	[Assinatura]
Jose Carlos sul tenente	[Assinatura]
Jose dos Anjos Pereira Araújo	[Assinatura]

Nome	Assinatura
Allenda Cesar Almeida	
Edmundo Jorge Fernandes	
Nuno Braz da Silva Pereira	
Alexandre Manuel M. Melo	

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa MOTIVACÃO, do local de trabalho sito: AV. DUQUE DA VILA 120, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
António dos Santos Francisco	António Francisco
RICARDO MANUEL SILVA FRANCO	Ricardo Manuel Silva Franco
Pedro Miguel Vicente Martins	Pedro Miguel Vicente Martins
Carine Raquel dos Santos Balce F	Carine Balce
Tânia Sofia Machado	Tânia Machado

IRM L ISABEL CRISTO DA TAIA QUEIRÓS

Isabel Cristina da Taia Queirós

Nome	Assinatura
Barbara Cabral	<u>B. Cabral</u>
CATARINA DOS SANTOS DIOGO NAZARIO	Catarine Digoano
SÓNIA MERINO CASNEUF GOUVEIA	Sonia Merino Casneuf Gouveia
Patricia Alexandr B. Silvino	Patricia Alexandr B. Silvino

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Dia Portugal, do local de trabalho sito: Rua Cidade da Horta-Lentinha, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Eva Cristina Cardoia Pestano	Eva Pestano
Silvia Teresa Unjedaes Pereira	Silvia Pereira
Vera Emanuel Pereira	Vera
Paula Sofia Tiago	Paula
Ana Sofia Pacheco	Ana

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

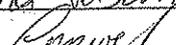
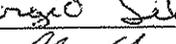
Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa wontem, do local de trabalho sito: centro comercial Colombo, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Glória Alexandra dos Santos Mesquita	Glória Mesquita
Sandra FERREIRA	Sandra FERREIRA
Sandra Pacheco	Sandra Pacheco
Mabel Almeida	Mabel Almeida
Isabela Talinha	Isabela Talinha

Nome	Assinatura
Casla Almeida	
Young Vasconcelos	Joana Vasconcelos
CARLOS TRANSCIA	
Erishine Mascato	E. Mascato
Sergio Silva	Sergio Silva
CELSO SANTOS	
Guilherme Gomes	Guilherme Gomes

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa FDAC, do local de trabalho sito: C. C. Vasco da Gama, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
<u>Pedro M. Martins</u>	<u>Pedro Martins</u>
<u>António Agostinho</u>	<u>António Agostinho</u>
<u>Paula Almeida</u>	<u>Paula Almeida</u>

ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

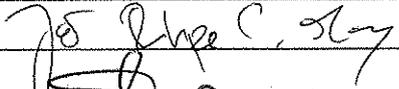
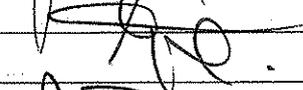
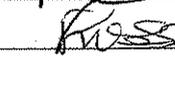
A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Wontem, do local de trabalho sito: E. C. Colombo, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
JOÃO RILITE CARVALHO RAQUES	
Denilda Souza Silva	
Ruben Manuel Almeida (Coveias)	
ANDRÉ ESTANARDO	
Fab. o Manuel Santos Russo.	

Nome	Assinatura
Joana Silva	Joana J.
 	

ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Continente, do local de trabalho sito: Avenida Lusitana, CC Colombo rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Fernanda Espirito Santo <u>Pracense</u>	<u>Pracense</u>
<u>Luísa Alexandra Rodrigues Xavier</u>	<u>Rodrigues Xavier</u>
<u>Maria João Oliveira Gomes</u>	<u>Maria João Gomes</u>
<u>Dorota Leal P. T. S. Costa</u>	<u>Dorota Leal Costa</u>
<u>Susana Maria Quaresma</u>	<u>Squaresma</u>

Nome	Assinatura
Jorge Pinto Matos	Jorge Pinto Matos
Luisa Rome	Luisa Rome
Luiza Figueira	Luiza Figueira
Paulo Monteiro	Paulo Monteiro
Maria S. S. Godinho Viegas	M. S. S. Godinho Viegas
Sandra Regina R. Gomes	Sandra Regina R. Gomes
Helena Cristina Soares Guimaraes	Helena Cristina Soares Guimaraes
Fátima do Rosário M. Castelo	Fátima Castelo
Sofia Andreia Reis	Sofia Andreia Reis
Dona Jozé Adelaide	Dona Jozé Adelaide
DANA R. B. Pereira	DANA R. B. Pereira
Fátima Andreia S. R. Lima Torres	Fátima Andreia S. R. Lima Torres
Maria José Rodrigues Lopes	Maria José Rodrigues Lopes
Luisa Isabel do Carmo Neves Pereira	Luisa Isabel do Carmo Neves Pereira
Dona Ana Teresa	Dona Ana Teresa
Auriferes	Auriferes
Isabel Maria Gusstardes	Isabel Maria Gusstardes
Jose Pinto	Jose Pinto
Olga Isabel Gonçalves de Lima	Olga Isabel Gonçalves de Lima
Amélia Margarida Neto Figueira	Amélia Margarida Neto Figueira
Nelson Teixeira	Nelson Teixeira
Ilda Chambel das Santas	Ilda Chambel das Santas
Dona Delfina	Dona Delfina
Alcega dos S. Vitorino	Alcega dos S. Vitorino
Teresa Lúcia	Teresa Lúcia
Helena Figueira	Helena Figueira
Luiza Fátima Gomes	Luiza Fátima Gomes
Maria José Costeira	Maria José Costeira
Cátia Sofia Palácio Delgado	Cátia Sofia Palácio Delgado
Helena Susana Vargas Noly	Helena Susana Vargas Noly
Isabel M ^s Almeida Andrade	Isabel M ^s Almeida Andrade
Alcega do Carmo	Alcega do Carmo
Maria do Carmo Almeida	Maria do Carmo Almeida
Monica Sofia Ferraz Torres	Monica Sofia Ferraz Torres
Dona Rosa	Dona Rosa

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa CONTINENTE, do local de trabalho sito: Avenida Lusitana, C.C. COLOMBO, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Juán Carvalho Gonçalves	Juán C.
Priscila M. Alves - Costa	Priscila
Luísa Pedro Abise Martins	Luísa P.
Liliana Vieira	Liliana
Jeralina Reis	J. Reis

Nome	Assinatura
Genésio Pereira	Genésio
Dina Domingues	Dina
Carina Fonseca	Carina
Raimundo Gomes	Raimundo
Liliana Cruz	Liliana

ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo portugueses.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa WERTEN, do local de trabalho sito: C. Comercial Teiteiros, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Rui Miguel Manita Mota do	Rui Miguel do
Nuno Gabriel Pereira Mendes	Nuno G. P. Mendes
Azeiteiro Gonçalo Jorge da Fonseca	Azeiteiro

ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa TOYS 'R' US, do local de trabalho sito: C. E. Telheiras, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Andreia Pereira	[Assinatura]
Carlos Santos	[Assinatura]
Dina Lima	[Assinatura]

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Le Carde Inglês do local de trabalho sito: Av. Ant. Aug. de Aguiar, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
<u>Sofia</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>GNAC Hónia Comercio</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>Heia Paio</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>Rosa Garcia da S. Borges</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>Ana Cristina</u>	<u>[Assinatura]</u>

Nome	Assinatura
M. Rosani V&S	M. Rosani C. R. V&S
Vandercosta Pereira	Vandercosta Pereira
Guilherme Espinoza	Guilherme Espinoza
Thiago Alexandre	Thiago Alexandre
Hugo Fernandes	Hugo Fernandes
Simões da Costa	Simões da Costa
Paula Gomes	Paula Gomes
Carlos Rebelo	Carlos Rebelo
José Carlos Veisbirk	José Carlos Veisbirk
Jelanda Filipe	Jelanda Filipe
Manuela Varela	Manuela Varela
Ricardo Hoch	Ricardo Hoch
Paulo Jorge Almeida Fernandes	Paulo Jorge Almeida Fernandes
Romário Luiz Lopez Fernando	Romário Luiz Lopez Fernando
Nuno Leal Dias	N. DIAS
André	André
Paulo Jorge Penedeiros dos Santos	Paulo Santos
Carlos do S. Costa	Carlos Costa
Paulo de C. Guennei	Guennei
José Alexandre Amaro	José Alexandre Amaro
FRANCISCO JOSÉ REAL MANTOAN	Francisco José Real Mantoan
ANA RAFAEL	ANA RAFAEL
Que Que	Que Que
Osvaldo Carmo Albino Pereira	Osvaldo Pereira
CONSTANTINO VICENTE GONCALVES	Constantino Vicente Goncalves
Mir. Pereira	Mir. Pereira
NIZARE VEIGA	NIZARE V.
SIMÕES da Costa	Simões da Costa
Cristina Maria G. G. Moran	Cristina Moran
Bruno Silva	Bruno Silva
António Luís Silva Reis	António Luís Reis
Pedro Alexandre	Pedro Alexandre
Luís Carlos	Luís Carlos
Carolina Sousa	Carolina Sousa

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa El Parre Inglês, do local de trabalho sito: Av. Ant. Aug. Aguiar, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
<u>Paula Cardoso</u>	<u>Paula Cardoso</u>
<u>João Silva</u>	<u>João Silva</u>
<u>Cláudia Semino</u>	<u>Cláudia Semino</u>
<u>M.ª Madalena Vicente</u>	<u>M.ª Vicente</u>
<u>Valia José Gouveia Silva</u>	<u>J.ª Silva</u>

Nome	Assinatura
ANTONIO LEAO DA SILVA PEREIRA DE ALMEIDA	
Fernando Lopes Baptista	
Ana Sofia Esteves	
Filipe Caceres	
Anselmo Fernandes	Anselmo Fernandes
RICARDO BASTARZ	
Conceicao Silva	Conceicao Silva
Luís Filipe Afonso Silva	
Isabel Ferreira	
Silvia da Cruz Gonçalves	Silvia da Cruz Gonçalves
Sistema Helena Caspary	
Andreia Cavano	
Andréia Marques Pereira	Andréia Marques Pereira
Catarina BARRALINHO	
Cláudia Isabel Martins Mourato	Cláudia Mourato
Cátia do Pinto Rodrigues	
Claudia Sofia Ferrimões Alb.	
Alexandra Lopes Duran	
Nelson Miguel da Silva Simões	
Cláudia HORTA	
Marcos Pereira	
Kely Cristina Maria do	
Cibele Giovana Bettini	Cibele G. Bettini
Ana Carolina Schantus	
Isabel Melo	
Maria Luísa Nunes Paes	
Isabel Coedeiro	
Cláudia Sandra	
Maria Luísa	
Valentina Barzotto	
Cherila Cabral	
Yara de Jesus Loures	
Sandra Cristina Monteiro Ribeiro	
Vânia Sofia Soares de Teófilo	

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

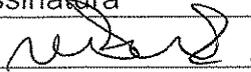
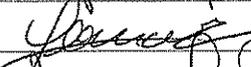
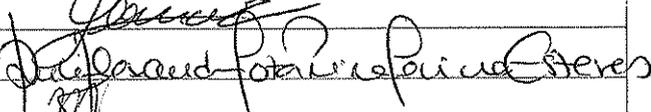
A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa El Corte Inglés, do local de trabalho sito: Av. Ant. Aug. Aguiar, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
MÓNICA MOREIRA	
Filipe Afonso	Filipe Afonso
VITOR FERNANDES	
QUE ESTERES	
MARCIA PAPROJ	

Nome	Assinatura
José Almeida	
Meiriele Ribeiro	Meiriele J. Ribeiro
Anderson Filipa Lourenço de Aguiar	Anderson Aguiar
Ana Rita Santos	Ana Rita Santos
Sandra Cardoso	
Celi Cristina Carneiro	Celma Carneiro
Helena Silva	
Janaína da Fonseca	Janaína da Fonseca
Sandra Costa	
Francisca Ferreira	
Inês Augusto Silva	Inês Silva
Alexandra Vieira	
Luís Nunes	
Isabel Ferreira	Isabel Ferreira
Paula Costa	
Cláudia Silva	Cláudia
Fátima Ferreira	Fátima
Raquel Vilhena	Raquel Vilhena
FILIPPE AGUEDO	Filipe Aguedo
Vera Pereira	
Elisabel Silva	Elisabel Silva
Sara Fernandes	
Ana Vieira	Ana Vieira
CRISTINA AF	AAA Cristina Afonso
André Cristiano Antunes	André Antunes
Marina Ricardo	Marina José S. Ricardo
Thayane Helen Rios Andrade	Thayane Rios
Mónica Manóçes	Mónica Manóçes
URRA FERREIROS	URRA FERREIROS
Ana Carolina Azevedo dos Santos	Ana Carolina
Karla Rosa Cipriano	
Carla Rosa	Carla Rosa
Maria Manuela Almeida	
Luís Augusto Ribeiro	Luís Augusto
Estela Pereira	

ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa El Corte Inglés, do local de trabalho sito: Av. Aut. A. Aguiar, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Judite Isabel Bernardino	Judite Pinto
Francauda Nunes	Francauda Nunes
Arcristina Cibeira Chumbo	Arcristina Cibeira Chumbo
CARLA MARIA SEIXAS FONSECA	CARLA MARIA FONSECA
Diana Domingues	Diana Domingues

ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Pac de Alqueva, do local de trabalho sito: Amoreiras, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Ylvernâmi Gomes	Ylvernâmi Gomes
Leíla Cristina Santos Silva	Leíla
David Jorge Negrão Pinheiro	David Pinheiro
Renata Fátima Pena	Renata
Hartasousa Serra	Fedora

Nome	Assinatura
Jose Miguel Silva	Jose Miguel Silva
Lidia Virginia Caspary	Lidia Virginia Caspary
Camilla Guedes Almeida	Camilla Guedes Almeida
Tauro Tilipe de Azevedo	Tauro Tilipe de Azevedo
Maria Conceicao Reis	Maria Conceicao Reis
Marquês Peres Barros Barice	Marquês Peres Barros Barice
Nadir Alexandre Feres King	Nadir Alexandre Feres King
Rosario Rodriguez Jueves Jartus	Rosario Rodriguez Jueves Jartus
Maria Fernanda Correia Pinto	Maria Fernanda Correia Pinto
Marta Sofia Alves Alves	Marta Sofia Alves Alves
Alice Nunes Nunes	Alice Nunes Nunes
Carlo Sofia Brito Brito	Carlo Sofia Brito Brito
Isabel Alexandre Silva	Isabel Alexandre Silva
Ana Filipa de Loureiro Vieira	Ana Filipa de Loureiro Vieira
Vanilde Regina S. de Pontes	Vanilde Regina S. de Pontes
MANUELA FERREIRA	MANUELA FERREIRA
Ana Sofia Ferreira Alvaro Fátima	Ana Sofia Ferreira Alvaro Fátima
Raio José Cardoso	Raio José Cardoso
MANUELA CONCEIÇÃO ALMEIDA	MANUELA CONCEIÇÃO ALMEIDA
Isabel Rodrigues	Isabel Rodrigues
Sofia Maria Semed. Timon	Sofia Maria Semed. Timon
Sandra F. de S. Timon	Sandra F. de S. Timon
Isabel Alexandre	Isabel Alexandre
Ana de Heucent	Ana de Heucent
Ana Maria S. B. N. Pates	Ana Maria S. B. N. Pates
Maria do Carmo Prosa	Maria do Carmo Prosa
Piencio Nuno Carvalho Costa	Piencio Nuno Carvalho Costa
Ana de Azevedo N. S. A. P. P. P.	Ana de Azevedo N. S. A. P. P. P.
Maria de Fátima Almeida Nunes	Maria de Fátima Almeida Nunes
Ordem de Serviço Liberato de 1914	Ordem de Serviço Liberato de 1914
Carla Maria Jorge Martins	Carla Maria Jorge Martins
Tauro Alexandre Almeida	Tauro Alexandre Almeida
Maria de CONCEIÇÃO ALMEIDA FERREIRA	Maria de CONCEIÇÃO ALMEIDA FERREIRA
Aurea A. C. Moreira	Aurea A. C. Moreira
gonçales	Aurea gonçales

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

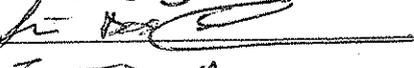
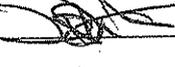
Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Pac de Azeite do local de trabalho sito: C. E. Amosimac, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Silvia Rute dos S.F. Nunes	Silvia
Cláudia Vieira	Cláudia V.
Diana Ricardo Rodrigues	Diana Rodrigues
Maria Inês Correia	
Carolina Lopes	

Nome	Assinatura
Tárcio Jacob Coelho Silva	
Alano Miguel R. M. Franco	
ANA ELISA DA SILVA RODRIGUES	ANA RODRIGUES
JOÃO CARLOS DOS SANTOS CHORREIRO	
JOÃO OLIVEIRA	JOÃO OLIVEIRA
Vanessa	
Dália Rêtas	

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

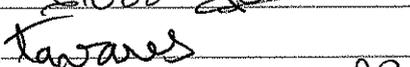
A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os “bancos de horas”, para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Pimso Deca, do local de trabalho sito: Bendicena, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Maria Luídes Melo Duarte Pinheiro	
ANA M. DA R. ALVES DA FONSECA	
Diogo Alexandre dos Santos Dias	
Maria Silvana Paula Martins Tavares Juliana Paula Malhadas da Silva	

Nome	Assinatura
Patrícia Parada Capelo Guedes	Patrícia Parada
Eugénia M. Monteiro Miguéns	Eugénia Miguéns
Adriano Miguel Vitorino	Adriano Almeida
Elizete Maria S. Antunes Guedes	Elizete Guedes
Vidica Irano Fernandes Barreira	Vidica Barreira
Marina Monteiro Ucha Rodrigues	Rodrigues
Irina Adriana Fernandes Barros	Irina Barros
Túlia Frederica Rosário Pereira	Túlia Pereira
Aurelia Ventura	Aurelia Ventura
Raquel Castelo	Castelo
Maria Inês Monteiro Mendes	Inês Mendes
Cristabete Soares Morgado	Cristabete

ABAIXO - ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa Pringo Dole, do local de trabalho sito: Av. 5 de Outubro, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
Maria José C. A. Alves	Maria José C. A. Alves
Maria Conceição Duarte Costa	Maria Conceição Duarte Costa
Lara de Juli. Blenda	Lara de Juli. Blenda
Sara da R. F. G. Tragalos	Sara da R. F. G. Tragalos
Helena Helena Silva	Helena Helena Silva

ABAIXO – ASSINADO

Não ao Pacote da Exploração e Empobrecimento

A Proposta de lei do Governo, N.º 46/XII, posta em discussão pública até 19 de Março pela Assembleia da República, contém um conjunto brutal de roubos de direitos, garantias e segurança dos trabalhadores.

Estes são apenas alguns exemplos:

- Aumentar o tempo de trabalho de borla, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Reduzir em 50% o pagamento do trabalho extraordinário;
- Desregulamentar os horários de trabalho, para que seja permitido aos patrões alterarem os horários a seu belo prazer e poderem impor as transferências compulsivas de local de trabalho e de função profissional;
- Impor os "bancos de horas", para obrigar os trabalhadores a trabalhar até mais quatro horas diárias e 60 horas semanais, sem acréscimo de retribuição;
- Facilitar os despedimentos, através do alargamento das causas de despedimento sem justa causa e diminuir o valor das indemnizações;
- Aumentar e generalizar a precariedade; reduzir a protecção no desemprego, incluindo a redução do subsídio de desemprego;
- Diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados e fragilizar a Segurança Social;
- Destruir a contratação colectiva que assegura os direitos aos trabalhadores, substituindo-a pela relação individual de trabalho;
- Dispensar as empresas, a pretexto da desburocratização, dum conjunto de obrigações formais de prestarem informação prévia à ACT/IGT, de certas práticas e actos que afectam gravemente a vida dos trabalhadores e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Se tal proposta fosse aplicada, as consequências para a vida dos trabalhadores seriam trágicas. O que está em causa é um retrocesso social e civilizacional, cuja construção levou décadas de esforço e de luta dos trabalhadores e do povo português.

Nestes termos, os abaixo-assinados, trabalhadores da Empresa RINEO - DCE, do local de trabalho sito: OBRAS I, rejeitam integralmente a proposta de Lei 46/XII, e apelam aos deputados para que cumpram o compromisso que têm para com o povo que os elegeu, votando desfavoravelmente este autêntico pacote da exploração e empobrecimento.

Nome	Assinatura
JUANA HENRIQUETA REQUINHO ALVES	JUANA HENRIQUETA REQUINHO ALVES
JUO DANIEL ESTEVES CUNHA	JUO CUNHA
OSCAR SOARES JOSE MAGALHÃES	OSCAR MAGALHÃES
FABIO ANDRÉ MARTINS FÉRIA	FABIO FÉRIA
FÉRIA JOSÉ DE SILVIO FELIX GAZZOTE	FÉRIA JOSÉ GAZZOTE